

**Partidos, Eleições e Ideologia Neoliberal na América Latina:
o Consenso de Washington nos Programas de Governo Presidenciais.**

Augusto Neftali Corte de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PUCRS - Brasil
augusto.oliveira@pucrs.br / ancolive@gmail.com

X Congreso Lationamericano de Ciencia Política
EJE 8 – Partidos y Sistemas de Partidos
Mesa PSP 11: Desigualdade, Globalização e Eleições

Trabajo preparado para su presentación en el X Congreso Lationamericano de Ciencia Política, de la Asociación Latinoamericana de Ciencias Políticas (ALACIP), en coordinación con la Asociación Mexicana de Ciencias Políticas (AMECIP), organizado en colaboración con el Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Monterrey (ITESM), los días 31 de julio, 1, 2 y 3 de agosto de 2019

Partidos, Eleições e Ideologia Neoliberal na América Latina: o Consenso de Washington nos Programas de Governo Presidenciais.

Augusto Neftali Corte de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PUCRS
augusto.oliveira@pucrs.br / ancolive@gmail.com

O objetivo da pesquisa é observar em que medida o neoliberalismo é um tema relevante na estruturação ideológica dos sistemas partidários da América Latina. Investiga-se a presença das regras do Consenso de Washington em 153 programas de governo de 16 países. Busca-se revelar quais regras do Consenso de Washington permaneceram no panorama político entre os anos 1998 e 2015. Em seguida, procura-se identificar os padrões de adesão ao Consenso de Washington nos diferentes sistemas partidários nacionais. A pesquisa revela a possibilidade de uma clivagem partidária em torno do neoliberalismo na política da América Latina recente.

Introdução

Nesta pesquisa, procura-se avaliar ideologicamente os partidos políticos da América Latina a partir da adesão das organizações, no contexto das eleições presidenciais, às regras do Consenso de Washington. O Consenso de Washington, espécie de manifesto programático transnacional da aceção econômica do neoliberalismo, foi um importante marcador de posicionamento ideológico durante o período recente. Na América Latina, especialmente, o Consenso de Washington e as diferentes prescrições de políticas públicas contidas na formulação, efetivamente entraram no debate político e clivaram os sistemas partidários nacionais. A investigação decorre de trabalhos anteriores (Oliveira, 2015, 2016a, 2016b, 2018).

Nesta pesquisa, o Consenso de Washington (CW) é pesquisado a partir de um conjunto de definições de políticas públicas. A relação a seguir apresenta as 10 propostas do CW, trabalhadas da definição originalmente formulada por Williamson (1990) e suas reinterpretações no debate econômico e político a partir

de autores como Rodrik (2006), Chang (2004), Sader e Gentili (1998), Garretón e outros (2007).

1. Disciplina Fiscal: não permitir, como cláusula geral, que o déficit fiscal anual atinja 1 ou 2% do Produto Interno Bruto. Reinterpretação: redução, eliminação do déficit fiscal.
2. Prioridades do gasto público: reverter o gasto público especialmente de subsídios indiscriminados para políticas de saúde e educação que beneficiem os mais pobres e de investimento. Reinterpretação: promover ajuste fiscal por meio do corte de gastos públicos.
3. Reforma tributária: preferência por tributos com incidência mais ampla e menor taxa. Reinterpretação: diminuir a carga tributária, sobre a atividade econômica e a riqueza.
4. Liberalização financeira: levantar interferências governamentais, para que as taxas de juros sejam livremente decididas pelo mercado financeiro. Reinterpretação: desregulamentação do mercado financeiro, autonomia do Banco Central.
5. Taxa de câmbio de mercado: assegurar a vigência de uma taxa de câmbio competitiva. Reinterpretação: livre flutuação da taxa de câmbio.
6. Liberalização da política comercial: a partir do ideal de livre mercado, evitar as barreiras alfandegárias e definir limites para taxação de importação (10 ou 20%). Reinterpretação: abertura comercial, firmação de acordos de livre comércio.
7. Liberalização do investimento externo direto: abolição dos mecanismos que barram ou constroem o investimento financeiro externo. Reinterpretação: abertura para o investimento externo direto.
8. Privatização: privatizar as empresas econômicas estatais. Reinterpretação: privatização de empresas e serviços públicos.
9. Desregulamentação das relações econômicas: diminuir as exigências burocráticas para as empresas se instalarem e fazerem negócios. Reinterpretação: desregulamentar das leis trabalhistas, desburocratização.

10. Assegurar direitos de propriedade: dotar os agentes de formas de garantir a proteção da propriedade a custos acessíveis. Reinterpretação: proteção da propriedade privada, inclusive intelectual.

Para além dos 10 dispositivos do CW, uma última regra foi incluída:

11. Estabilidade de preços: estabilidade de preços como um dos objetivos da política econômica. Reinterpretação: estabilidade de preços como função precípua da política econômica.

O quadro abaixo apresenta como as 11 proposições referidas foram operacionalizadas como asserções programáticas, cuja presença ou ausência no corpo de um programa de governo pode ser analisada com maior grau de homogeneidade.

Quadro 1 – Referências operacionais das regras do CW no Banco de Asserções Programáticas

	CW	Asserção no Banco de Asserções Programáticas
1	Disciplina Fiscal	Economia: redução ou limitação do déficit orçamentário (Referência Positiva) (V.41)
2	Redução do gasto público	Economia: controle, diminuição do gasto público (Referência Positiva) (V.50)
3	Reforma tributária	Tributos: diminuir sobre a produção/consumo (mais investimento, emprego) (Referência Positiva) (V.10); ou Tributos: diminuir sobre o capital (mais investimento, emprego) (Referência Positiva) (V.11)
4	Liberalização financeira	Economia: autonomia do Banco Central (Referência Positiva) (V.44)
5	Taxa de câmbio de mercado	Economia: não intervenção na taxa de câmbio, moeda forte (Referência Positiva) (V.47)
6	Abertura comercial	Internacional: Diminuir barreiras comerciais com EUA, NAFTA, CAFTA, ALCA (Referência Positiva) (V.02); ou Economia: livre mercado, eliminar restrições ao comércio entre países (tarifas, quotas) (Referência Positiva) (V.49)
7	Investimento externo direto	Economia: investimento externo direto (Referência Positiva) (V.48)
8	Privatização	Privatização (Referência Positiva) (V.12)
9	Desregulamentação	Livre mercado - valor da política interna (Referência Positiva) (V.16); ou Eficiência administrativa, eficiência do governo, anti-burocracia (pró mercado) (Referência Positiva) (V.18); ou Regulação do mercado trabalho: flexibilização relações, livre negociação (Referência Positiva) (V.30)
10	Direito de propriedade	Propriedade, garantir (Referência Positiva) (V.22)
11	Estabilidade de preços	Economia: controle da inflação meta da política econômica (Referência Positiva) (V.43)

Elaboração própria. Oliveira (2018)

A estratégia de análise de conteúdo utilizada para verificação da presença das regras do CW nos programas de governo presidenciais consiste em verificar a existência de ao menos uma inferência que corrobore com a regra em questão. Trata-se de análise de cunho qualitativa e interpretativa. Essa forma de investigação não está baseada na visão da teoria da saliência, pois não considera o volume ou o número de inferências a determinado tópico como relacionado a sua relevância para o autor. A existência de uma inferência apenas, neste sentido, é apreendida com a mesma validade do que a defesa pormenorizada e extensa.

Foram analisados partidos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. As eleições consideradas vão de 1998 até 2015. Procurou-se incluir, para cada eleição, as principais opções partidárias em nível de votos até completar, ao menos 75% dos votos úteis totais. No entanto, não foi possível obter os documentos dos programas de governo (fonte primária da pesquisa) para diversos casos.

1. Análise da adesão ideológica ao Consenso de Washington nos programas de governo das eleições presidenciais da América Latina, 2000-2015.

A tabela abaixo apresenta, para cada um dos 16 países analisados, o total de eleições e de programas de governo incluídos no Banco de Asserções Programáticas, e o percentual de adesão do conjunto de programas a cada uma das 11 regras do CW, da forma entabulada no Quadro 1. O dado percentual indica o total proporcional de programas de governo que apresentam um indicador de adesão à regra do CW, sobre o total de programas de governo analisados. Na última linha (Total) apresenta-se o percentual da adesão às regras sobre o total de 153 programas de governo analisados.

Tabela 1 – Presença (%) das Regras do CW nos Programas de Governo das Eleições Presidenciais na América Latina, 1998-2015.

País	Eleições	Programas de Governo	Disciplina fiscal	Redução do Gasto Público	Reforma Tributária	Juros de Mercado	Câmbio de Mercado
Argentina	5	10	60%	10%	40%	20%	40%
Bolívia	4	11	27%	0%	18%	9%	9%
Brasil	5	15	80%	47%	80%	7%	53%
Chile	4	11	91%	27%	64%	45%	45%
Colômbia	5	15	47%	7%	47%	0%	0%
Costa Rica	4	11	55%	9%	27%	9%	64%
El Salvador	3	6	83%	33%	0%	0%	17%
Equador	4	10	70%	20%	50%	0%	30%
Guatemala	3	6	83%	17%	0%	50%	67%
México	3	9	67%	11%	22%	33%	22%
Nicarágua	3	7	71%	14%	14%	0%	14%
Panamá	3	7	29%	0%	57%	0%	0%
Peru	3	9	89%	11%	22%	44%	44%
República Dominicana	4	6	83%	67%	17%	17%	67%
Uruguai	4	11	55%	64%	82%	27%	27%
Venezuela	5	9	67%	0%	33%	56%	33%
<i>Total</i>	62	153	65%	21%	41%	19%	33%

(continuação)

País	Abertura Comercial	Investimento Externo Direto	Privatização	Desregulamentação	Direito de Propriedade	Estabilidade de Preços
Argentina	40%	20%	0%	20%	0%	60%
Bolívia	64%	36%	0%	18%	27%	36%
Brasil	47%	40%	7%	60%	20%	87%
Chile	73%	55%	9%	64%	55%	82%
Colômbia	47%	27%	0%	33%	27%	40%
Costa Rica	64%	64%	27%	36%	27%	73%
El Salvador	83%	100%	0%	67%	83%	83%
Equador	40%	80%	0%	40%	20%	60%
Guatemala	83%	83%	0%	33%	50%	67%
México	78%	44%	0%	44%	67%	89%
Nicarágua	71%	71%	29%	43%	71%	86%
Panamá	57%	57%	0%	71%	0%	29%
Peru	56%	56%	11%	78%	67%	89%
República Dominicana	67%	100%	17%	67%	50%	100%
Uruguai	64%	36%	9%	73%	36%	82%
Venezuela	56%	67%	33%	33%	44%	78%
<i>Total</i>	59%	54%	8%	48%	37%	70%

Fonte: Banco de Aserções Programáticas (Oliveira, 2016b).

Para fins analíticos, considera-se que uma adesão de 25% ou menos dos programas à regra indica baixa adesão, no país, à regra específica. Uma adesão

maior de 25% e menor de 50% indica uma adesão médio-baixa. Uma adesão de 50% ou mais e menor de 75% indica uma adesão médio-alta. E uma adesão de 75% ou mais indica uma adesão alta.

A Disciplina Fiscal é uma regra do CW frequentemente presente nos programas de governo presidenciais da América Latina, no período analisado. Do total de programas estudados, 65% apresentaram uma asserção relacionada a esta regra. As candidaturas de Bolívia e Panamá apresentam menor adesão à regra da Disciplina Fiscal (média-baixa). Brasil, Chile, El Salvador, Guatemala, Peru e República Dominicana são países que apresentam alta adesão à Disciplina Fiscal nos programas de governo de seus candidatos presidenciais. É possível que o contexto nacional, de maior ou menor dependência do Estado dos recursos tributários, possua influência sobre a importância desta regra.

Por outro lado, a regra da Redução do Gasto Público é pouco utilizada nos programas de governo presidenciais da América Latina, com uma presença de 21% no total analisado. Uruguai e República e República Dominicana são os únicos países cujos candidatos presidenciais frequentemente apresentam esta regra em seus programas (presença médio-alta). Do total de 16 países analisados, 11 apresentam adesão baixa à regra da Redução do Gasto Público, inclusive Venezuela e Bolívia e Panamá que não possuem nenhum programa de governo dentre os analisados com a presença desta regra. Por se tratar de um tema relevante em países com elevada pobreza e desigualdade social, o espectro de que a Redução do Gasto Público possa comprometer os serviços sociais prestados pelo Estado ajuda a entender a baixa popularidade desta regra nos programas de governo.

Já a Reforma Tributária, operacionalizada como propostas de diminuição da carga tributária, é bastante mais frequente (médio-baixa), atingindo 41% dos programas analisados. Brasil e Uruguai apresentam alta adesão à regra da Reforma Tributária nesse sentido. Bolívia, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Peru e República Dominicana, contudo, apresentam baixa adesão à Reforma Tributária nos programas de governo das eleições presidenciais. É interessante que a diminuição da carga tributária, embora, em tese, correlata com

a diminuição do gasto público, possua presença muito maior do que esta outra regra. Do total de 16 países, 12 apresentam adesão maior à Reforma Tributária do que Redução do Gasto Público, o que pode indicar, de qualquer maneira, uma sinalização política para objetivos semelhantes.

A regra de adoção de Juros de Mercado, operacionalizada como proposta de autonomia do Banco Central, foi adotada por apenas 19% dos programas de governo analisados. Chile, México, Peru e, em menor medida, Uruguai apresentam esta regra com alguma frequência (médio-baixa), e apenas na Venezuela ela é presente em mais de 50% dos programas. Em 5 países esta regra não é vinculada nenhuma vez. Deve-se ter em mente, contudo, que uma eventual institucionalização da autonomia do Banco Central no passado pode prevenir o aparecimento desta regra nos programas de governo subsequentes, nos quais o silêncio operaria como posição neutra, se não favorável à regra. A menção à autonomia do Banco Central, como expressão da adoção da regra de Juros de Mercado, de qualquer forma, é um elemento forte na agenda neoliberal.

Um pouco mais frequente é a adesão à regra de Câmbio de Mercado, indicando a adoção de mecanismos de flutuação da taxa de câmbio a partir da atuação do mercado (médio-alta). Por ser uma política frequentemente compreendida como contrária à noção de substituição de importações ou ao protecionismo comercial, esta regra também é relevante no contexto político da América Latina. Costa Rica, Guatemala e República Dominicana são os países com programas de governo mais frequentemente ligados à regra do Câmbio de Mercado, o que pode ser auxiliado pelo fato de que são países com menor industrialização. Bolívia, Colômbia, El Salvador, Nicarágua e Panamá apresentam baixa frequência desta regra.

A regra da Abertura Comercial é bastante frequente nos programas presidenciais da América Latina, alcançando 59% do total estudado. México, El Salvador e Guatemala apresentam elevada adesão à regra, enquanto nenhum país apresenta baixa adesão. Operacionalizada como menção favorável aos acordos de livre comércio envolvendo, principalmente, os Estados Unidos, ou simples indicação da abertura para o livre comércio internacional, esta é uma

regra canônica das políticas neoliberais e obteve muita atenção política ao longo dos anos 2000. Sua elevada presença mostra em que medida as políticas protecionistas e de substituição de importação não são hegemônicas neste período, embora as candidaturas frequentemente articulem uma inserção comercial internacional a partir das oportunidades nacionais.

O Investimento Externo Direto, com 54% de presença sobre o total, é quase tão frequente como a regra da Abertura Comercial. El Salvador, Equador, Guatemala e República Dominicana possuem elevada adesão a esta regra. Em especial para os países menores da América Central, a abertura para o Investimento Externo Direto aparece como uma oportunidade de criar estrutura física e econômica com maior rapidez. O único país no qual a abertura para o Investimento Externo Direto possui baixa frequência é a Argentina, possível reflexo das crises econômicas nas quais a volatilidade favorecida pela abertura à movimentação dos capitais internacionais possuiu papel de destaque (fuga de dólares ou fuga de capital). Tanto para o Investimento Externo Direto quanto para a Abertura Comercial, a proximidade de México e dos países da América Central com os Estados Unidos podem ajudar a entender o motivo pelo qual estas regras encontram melhor desempenho nestes países.

A regra da Privatização é a menos manejada pelos programas de governo presidenciais da América Latina entre 2000 e 2015, estando presente em apenas 8% do total analisados. Metade dos 16 países analisados não apresenta nenhum programa de governo com menção à Privatização. Os únicos países nos quais a Privatização alcança o nível médio-baixo são Costa Rica, Nicarágua e Venezuela. Este indicador bastante baixo indica em que medida a Privatização, como regra muito associada às providências indicadas pelo neoliberalismo, caiu em descrédito no ambiente político do subcontinente. Possivelmente, a rejeição à Privatização nas campanhas eleitorais presidenciais é um reflexo da rejeição popular à adoção da política no passado (anos 1980 e 1990).

A regra da Desregulamentação, operacionalizada como desregulamentação das regras trabalhistas ou desburocratização para instalação de empresas e fazer negócios, possui presença médio-baixa (48%) no total de programas de governo

analisados. Brasil, Chile, El Salvador, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai apresentam presença médio-alta desta regra. Apenas na Argentina a Desregulamentação possui baixa frequência. A manifestação de apoio a esta regra expressa o conteúdo típico da proposta neoliberal de que um ambiente institucionalmente adequado para a realização de negócios, com baixos custos de transação, é adequado para obtenção do crescimento econômico ou outro bem positivamente avaliado pela sociedade. Em parte, pode ter uma visão mais neutra (desburocratização). Contudo, quando se trata da regulamentação das relações trabalhistas, em especial em países com mercado de trabalho mais desenvolvido, possui um conteúdo político bastante explícito. A asserção “Regulação do mercado trabalho: flexibilização relações, livre negociação (Referência Positiva)”, politicamente mais sensível, está presente em 22% do total de 153 programas de governo analisados.

A proteção ao Direito de Propriedade possui frequência médio-baixa no total de programas estudados (37%). El Salvador é o único país em que a regra possui alta presença, enquanto Chile, México, Nicarágua e Peru apresentam presença médio-alta. Os programas analisados na Argentina e Panamá não vinculam nenhuma vez esta regra, e Brasil e Equador apresentam em nível médio-baixo. Assim como a Desregulamentação, a regra do Direito de Propriedade é vista como um elemento ambiental propício para o investimento e, em decorrência, para o crescimento por parte da visão neoliberal. Contudo, em ambientes de elevada desigualdade social, especialmente nos quais os conflitos agrários pela propriedade da terra são relevantes, a primazia do Direito de Propriedade possui um conteúdo político expressivo. A ausência de menção ao Direito de Propriedade pode ser em função a inexistência de conflito mais claro neste campo. O aparecimento de questões ligadas à propriedade intelectual também colocam esta regra na ordem do dia da disputa política.

A regra da Estabilidade de Preços não faz parte do conteúdo dispositivo do CW, mas quando tratada como objetivo fundamental da política econômica de um país expressa adequação ao conjunto narrativo que compõe o neoliberalismo em sua expressão ideológica na política. É expressivo que 70% dos programas de

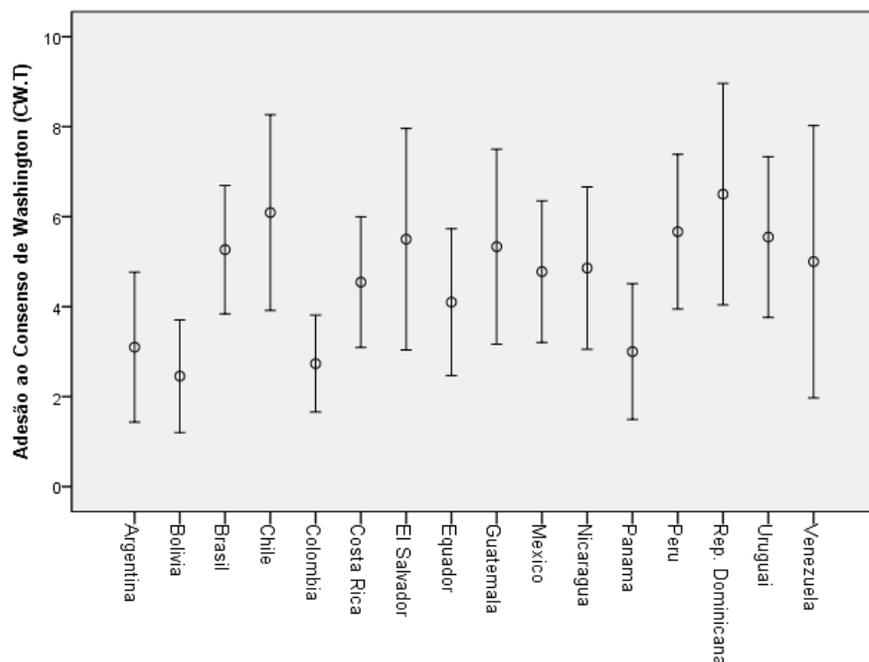
governo analisados manejaram a Estabilidade de Preços como fundamento de suas políticas econômicas. Dos 16 países estudados, em 9 esta regra possui elevada presença (75% ou mais) no conjunto de programas de governo de candidaturas presidenciais analisados. Bolívia, Colômbia e Panamá são os únicos países nos quais a regra possui presença médio-baixa. A inflação é um problema que atingiu seriamente diversos países da América Latina nos anos de 1980 e 1990. A preponderância da interpretação de que a inflação deve ser controlada como parte da política econômica, ou seja, com uma visão macroeconômica, mostra em que medida alternativas como o controle de preços foram colocadas em descrédito no ambiente político. De certa maneira, a Estabilidade de Preços é uma porta de entrada, nos programas de governo, para outras políticas do CW, como a Disciplina Fiscal, a Redução do Gasto Público, o Juros de Mercado, o Câmbio de Mercado, mesmo quando estas regras não estão expressas nos documentos.

2. O neoliberalismo nos programas de governo das eleições presidenciais: distribuição gráfica dos casos e análise dos sistemas partidários.

O Gráfico 2, abaixo, apresenta a posição no indicador global de adesão ao CW – que é a simples soma do total de regras presentes em um programa de governo (indicador CW.T). Este indicador varia entre 0 (zero), indicado que o programa de governo não apresenta nenhuma das regras, e 11, indicado que o programa de governo apresenta todas as 10 regras do CW mais a regra da Estabilidade de Preços. O gráfico apresenta nos pontos o valor médio de todos os programas de governo analisados em um país e, nos bigodes, o desvio padrão.

Quando se considera o total de regras do CW, observa-se que elas estão menos presentes (em média) nos programas de governo da Argentina, da Bolívia, da Colômbia e do Panamá. Chile, El Salvador, Guatemala, Peru, República Dominicana e Uruguai são os países nos quais as regras do CW apresentam com maior frequência nos programas de governo presidenciais.

Gráfico 2 – Presença média e desvio padrão das Regras do Consenso de Washington nos Programas de Governo das Eleições Presidenciais da América Latina, 16 países, 1998-2015.

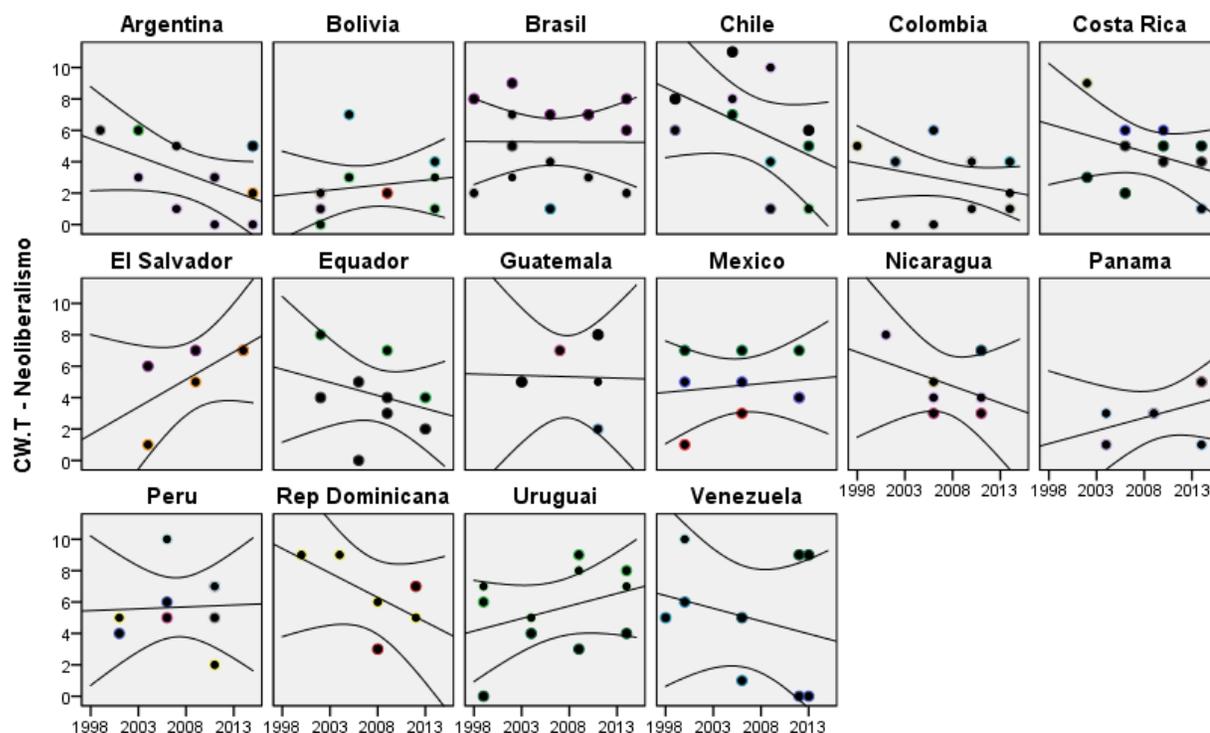


Elaboração própria. Fonte: Banco de Aserções Programáticas (Oliveira, 2016b).

O Gráfico 2 também permite observar os países nos quais observou-se maior e menor variação da presença das regras do CW nos programas de governo, no conjunto das eleições analisadas. Esse dado pode ser apreendido a partir da amplitude dos bigodes (desvio padrão). Venezuela é o país que apresentou maior amplitude, o que significa que neste país um conjunto de candidaturas apresentou muito baixa de adesão às regras, enquanto outro conjunto razoavelmente equivalente apresentou adesão muito alta. É o país, portanto, com as candidaturas com maior diferenciação ideológica em torno do neoliberalismo. Bolívia, Brasil e Colômbia, por outro lado, são exemplos de países com menor amplitude, nos quais as candidaturas apresentadas se diferenciam menos em termos de adesão ao CW.

O Gráfico 3 abre este dado para as diferentes eleições analisadas em cada contexto nacional.

Gráfico 3 – Adesão às Regras do Consenso de Washington nos Programas de Governo das Eleições Presidenciais da América Latina, 16 países, 1998-2015.



Elaboração própria.

A abertura do dado no tempo permite ver alguns padrões sobre a adesão ao CW ao longo do período analisado. Em um conjunto expressivo de países ocorre a diminuição da presença do CW no cômputo dos programas de governo analisados. Tais países podem ser identificados com a linha de tendência inclinada negativamente. São os seguintes: Argentina, Chile, Costa Rica, Equador e Venezuela. Em outros países, embora a linha de tendência seja negativa, não se pode esboçar esta conclusão pelo fato de que os dados obtidos são restritos: Colômbia, Nicarágua e República Dominicana. Nestes três casos, a existência de uma ou mais eleições na qual não pode ser obtido um número adequado de programas de governo torna a interpretação enviesada.

Brasil, Peru e México são países no qual o sistema partidário nas eleições presidenciais apresentou estabilidade no que concerne à diferenciação em torno das regras do CW. Ao longo do tempo, não ocorreu mudanças salientes

suficientes para enviesar a linha de tendência. Guatemala é um caso que também não permite inferência neste sentido.

Por fim, os sistemas partidários que demonstraram a tendência de maior adesão ao CW podem ser encontrados em El Salvador, Panamá e Uruguai. Nestes três casos, a linha de tendência mostra um comportamento positivo, indicado que a adesão média ao CW tornou-se maior ao longo das eleições estudadas.

Conclusão

Um desafio do estudo dos sistemas partidários da América Latina diz respeito ao estudo comparado de suas semelhanças e diferenças ideológicas. As eleições presidenciais são um momento feliz para investigações sobre esta temática. A questão da fragilidade ideológica dos partidos políticos e do fraco desenvolvimento programático é parcialmente afastada na dinâmica presidencial. Os partidos que lançam candidaturas presidenciais são levados à apresentar programas de governo razoavelmente bem desenvolvidos. Neste momento, sua visão programática entra no cômputo da disputa eleitoral como uma peça que pode ser atacada e vigiada pelos opositores políticos e pela própria sociedade, imprensa, etc. Neste sentido, espera-se que – ao menos – no período das eleições presidenciais os partidos políticos realizem um esforço de formalizar um pacote de políticas públicas a ser cotejado pelo eleitorado.

A questão do neoliberalismo foi e continua sendo discutida como uma das principais visões ideológicas na consideração dos sistemas políticos da América Latina. Esta pesquisa corrobora com a existência de uma clivagem ideológica na América Latina em relação à adesão e à rejeição do neoliberalismo – especialmente a partir das regras do CW. Uma investigação com outras preocupações poderia questionar como o neoliberalismo reflete tensões sociais e diferentes clivagens econômicas, se tal fenômeno ocorre. Aqui, a pesquisa restringiu-se a observar a presença e rejeição do CW.

Alguns sistemas partidários nacionais parecem estar mais orientados em torno da clivagem neoliberal. A adesão ou rejeição ao neoliberalismo parece ser uma característica que distingue os partidos políticos que competem nas eleições presidenciais. Por outro lado, diferentes regras do CW parecem estar desproporcionalmente presentes em certos países, quando cotejadas com a América Latina. Portanto, pode-se investigar como diferentes questões macroeconômicas, geográficas ou arranjos produtivos já instalados condicionam o debate político-ideológico em torno do neoliberalismo. Por fim, também é necessário avançar no estudo das inter-relações específicas dos partidos políticos, quando eles entabulam competições presidenciais, em determinado mercado político. Assim, será possível avançar na compreensão sobre como a ideologia neoliberal foi internalizada pela América Latina e como o sistema político e eleitoral operou, limitou e instrumentalizou esta internalização.

Referências

CHANG, Ha-Joon. Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004

GARRETÓN, Manuel A. (et al). América Latina no Século XXI: em direção a uma nova matriz sociopolítica. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

OLIVEIRA, Augusto N. C. A ideologia econômica dos presidentes na América Latina: um indicador a partir dos programas de governo eleitorais. Indicadores Econômicos FEE, n. 43, v. 1, 2015. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3540> Acesso em: 13 julho 2017.

OLIVEIRA, Augusto N. C. As promessas dos presidentes: Democracia representativa em 16 países da América Latina. Porto Alegre: FEE, 2016a. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/20160517e-book-as-promessas-dos-presidentes.pdf> Acessado em: 13 julho 2017.

OLIVEIRA, Augusto N. C. Banco de Asserções Programáticas (Banco de Dados em formato xlsx). 2016b. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/20160517bap.2015.xlsx> Acessado em: 13 julho 2017.

RODRIG, Dani. Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion?, Journal of Economic Literature, v. 44, n. 4, 2006, p. 973-987.

WILLIAMSON, John. A Short History of the Washington Consensus. In: SERRA, Narcis. STIGLITZ, Joseph E. (Orgs.). The Washington Consensus Reconsidered: toward a new global governance. Oxford: Oxford University, 2008. P. 14-30.

WILLIAMSON, John. Democracy and the "Washington Consensus". World Development, v. 21, n. 8, pp.1329-1336, 1993.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. In. WILLIAMSON, John. (Org.). Latin American Adjustment: How Much Has Happened? Disponível em: <https://www.wcl.american.edu/hracademy/documents/Williamson1990WhatWashingtonMeansbyPolicyReform.pdf> Acesso em: 07 julho 2017.